

CNMP fará correções em unidades ligadas à “lava jato” de 3 estados

04/07/2023

A Corregedoria Nacional do Ministério Público fará neste mês de julho correções extraordinárias em unidades da Procuradoria da República ligadas à "lava jato" do Paraná, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

Ascom MPF/PR



Procuradorias no Paraná, Rio e Rio Grande do Sul passarão por correção MPF-PR

Segundo o órgão, o objetivo é "apurar o funcionamento e a regularidade dos serviços funcionais, especialmente na atuação perante os feitos judiciais e administrativos relacionados à operação 'lava jato'".

As correções extraordinárias ocorrerão entre os dias 12 e 14. No Paraná, envolvem unidades que têm atuação junto à 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos processos de maior repercussão da "lava jato".

No Rio Grande do Sul, o procedimento será feito em unidades da Procuradoria Regional da República da 4ª Região que atuam junto à 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

No Rio de Janeiro, a correção será feita no 8º Ofício da Procuradoria da República, que atua junto à 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, que era chefiada pelo juiz Marcelo Bretas.

Os procedimentos foram determinados nesta segunda-feira (3/7), em três portarias assinadas por Oswaldo D'Albuquerque, corregedor nacional do Ministério Público.

Ao justificar a medida, D'Albuquerque afirmou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fez correção extraordinária na 13ª Vara Federal de Curitiba e nos gabinetes dos desembargadores integrantes da 8ª Turma do TRF-4. Assim, o procedimento nas Procuradorias será uma espécie de análise adicional.

"Por simetria e corolário lógico, oportuna a realização de correção extraordinária nas unidades do Ministério Público Federal com atuação nos órgãos jurisdicionais acima referidos e com atribuição nos feitos inerentes à denominada operação 'lava jato'", diz o corregedor nas portarias.

As inspeções do CNJ nas varas e gabinetes ligados à "lava jato" ocorreram de 31 de maio a 2 de junho. Técnicos do órgão **teriam encontrado indícios de gastos irregulares de R\$ 1 bilhão durante o procedimento.**

A correção foi coordenada pelo juiz Otávio Henrique Martins Port, da Justiça Federal da 3ª Região. Também trabalharam no procedimento o desembargador Carlos Eduardo Delgado, do TRF-3, e o juiz Cristiano de Castro Jarreta Coelho, da Justiça estadual de São Paulo.



Clique [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#) para ler as portarias

Portaria 58/2023

Portaria 59/2023

Portaria 60/2023

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-jul-04/cnmp-correicoes-unidades-ligadas-lava-jato-estados/>